

## O comum e a gestão social do pós-pandemia

*The commons and the social management of post pandemic societies.*

**Valéria Giannella<sup>1</sup>**

### RESUMO

A COVID-19 pegou o mundo inteiro despreparado diante de uma ameaça que, apesar de parecer súbita, tinha sido aventada repetidamente em anos recentes. A produção de informação e reflexão sobre o que está nos acontecendo, é tamanha que passamos facilmente dias inteiros buscando acompanhar a massa de notícias, artigos, *lives*... tentando entender, manter um sentido de acontecimentos avassaladores. No meio disso tudo, alguns elementos chamam atenção: muitos ponderam que as transformações do nosso cotidiano serão radicais, não apenas no curto prazo, e que o mundo pós pandemia será outro, diferente do que conhecemos. No entanto, diante do drama, parece que o mundo terá uma inesperada possibilidade de repensar rumos e prioridades do futuro próximo e longínquo. Naturalmente nada está posto sobre quais rumos prevalecerão; a disputa do futuro é o que está em jogo, hoje como nunca. Nas anotações a seguir proponho algumas perguntas e uma reflexão sobre o "Comum", a ser indagado como possível princípio de ação, fundamento político e ontológico das sociedades a se reconstruir e sobre as formas possíveis dessa construção.

**Palavras chave:** Pandemia; Comum; Gestão Social.

### ABSTRACT

Covid-19 caught the entire world unprepared in the face of a threat that, despite appearing sudden, had been repeatedly announced in recent years. The production of information and reflection on what is happening to us is such that we easily spend whole days trying to follow the mass of news, articles, *Lives*, ... trying to understand, keeping a sense of overwhelming events. In the midst of all this, some elements stand out: many consider that the changes in our daily lives will be radical, not just in the short term, and that the post-pandemic world will be different, different from what we know. However, in spite of the drama, it seems that the world will have an unexpected possibility of rethinking directions and priorities for the near and distant future. Of course, nothing is set about which directions will prevail; the dispute of the future is at stake, today as never before. In the notes that follow I propose some questions and a reflection on the "Common", to be asked as a possible principle of action, political and ontological foundation of the societies to be rebuilt and on the possible forms of this construction.

**Keywords:** Pandemic; Commons; Social Management.

---

<sup>1</sup> Sou Italiana, formada em planejamento urbano e territorial, doutora em políticas públicas do território, trabalho com participação na construção de políticas públicas desde as minhas primeiras atuações, na Itália e no Brasil. Hoje sou professora, pesquisadora e extensionista trabalhando sobre crise da democracia e perspectivas da participação na UFSB. E-mail: [valeriagiannella@gmail.com](mailto:valeriagiannella@gmail.com).

Artigo Convidado para compor este Fórum Especial em Democracia, Políticas Públicas e COVID-19. Agradecemos à autora a participação neste debate tão urgente.

## 1. O Ponto de Partida

Final de abril de 2020, estamos no meio da primeira pandemia realmente global que o planeta enfrenta, considerado que as dos anos passados (Ebola, SARS) não chegaram nem de longe à mesma capacidade de contaminação planetária. Escrevo de Porto Seguro, Bahia, onde completamos mais de um mês de confinamento, incluindo fechamento de lojas não essenciais, de escolas, universidades, consultórios médicos, hotéis, praias, etc. Explicito isso porque acredito que, hoje como nunca, o que enxergamos e falamos depende grandemente do ponto onde estamos e das condições materiais que nos afetam.

Escrevo para compartilhar algumas das muitas reflexões desse período tão estranho, onde a lentidão do tempo do isolamento contrasta com a aceleração das mudanças em nossas percepções da realidade. Escrevo sabendo que, provavelmente, o sentido dessas notas poderá parecer ingênuo ou descabido muito em breve; essa foi a sensação que tive uns dias atrás, ao abrir a coletânea “A sopa de Wuhan”<sup>2</sup>, olhando o formato e, especialmente, a data – com dia e mês especificado – em cada texto. Autores importante do pensamento crítico contemporâneo escrevem textos, curtos, as vezes descritivos, outras hipotéticos, necessitando revisões, ajustes de rumo, só um mês depois. Textos, inexoravelmente, “datados”. Parece que a metáfora baumaniana<sup>3</sup>, da realidade líquida, tornou-se, definitivamente, descritiva da nossa atual situação. Nada da sociedade que conhecemos mantém sua solidez: as formas do trabalho, da educação, da produção, do consumo, todas terão que ser repensadas diante da ameaça do vírus. Encaramos, durante meses, noticiários anunciando números de mortos próprios de uma guerra; estamos a ver afetados não mais países periféricos, mas os centros do mundo contemporâneo, os países mais poderosos do capitalismo globalizado, e já sabemos que a mesma globalização vai levar o vírus aqui, onde eu estiver. Talvez seja interessante observar que muitas das questões aqui levantadas não são novas, mas são iluminadas com inusitada contundência pela situação que atravessamos. A “liquidez” do nosso mundo, a dificuldade de processarmos a enorme massa de informações que nos atinge (comentada aqui abaixo), a tensão entre um mundo dominado pelo individualismo e outro orientado pelo princípio do comum, que aqui pretendo começar a indagar, especialmente em suas relações com as formas da democracia e a gestão social.

Muito complicado, ao que parece, é conseguirmos organizar minimamente a enorme quantidade de notícias que nos alcançam diariamente, ter uma noção do que está em jogo nesse momento; o que precisamos entender que a informação ofusca e até obscurece, em vez de ajudar a iluminar? Devido à limitação de espaço poderei apenas acenar umas perguntas que terão que ser indagadas, se não respondidas, em trabalhos e pesquisas futuras; além disso, o cerne dessas notas será apontar e iniciar um aprofundamento mínimo sobre o tema do comum. Mas, é óbvio perguntar, o que é o comum? Antes de mais nada, vale esclarecer que não será possível aqui adentrar uma análise das nuances teóricas referentes a esse conceito que despontou nos últimos anos no debate sociológico com certa ênfase (BOLLIER, 2016; HARDT, NEGRI, 2016; DARDOT, LAVAL, 2017; SAVAZONI, 2018). O artigo de Lisboa (2019), permite uma panorâmica das diversas declinações existentes no momento além de alguns apontamentos críticos. No entanto, nessas curtas notas me limitarei a iniciar algumas reflexões quase intuitivas, para verificar a fertilidade eventual do conceito, relacionando o Comum à nossa situação atual, especialmente ao desafio que temos de decidir (ou não) novos rumos para o futuro.

Uma primeira resposta à pergunta sobre o que é o comum me vem do livro de Rodrigo Savazoni, O Comum entre nós - Da cultura digital à democracia do século XXI (2018). O livro me parece uma boa introdução ao

<sup>2</sup> A Sopa de Wuhan, publicado em março de 2020, a partir da ideia, desenho, direção e organização e edição de Pablo Amadeo. Disponível *online*. Agrupa textos do Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Jean Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi, Santiago López Petit, Judith Butler, Alain Badiou, David Harvey, Byung-Chul Han, Raúl Zibechi, María Galindo, Markus Gabriel, Gustavo Yañez González, Patricia Manrique y Paul B. Preciado.

<sup>3</sup> Zygmunt Bauman (1925-2017), filósofo polonês, um dos expoentes mais importantes da filosofia contemporânea, escreveu diversos livros sobre a condição do ser humano na pós-modernidade, caracterizada pela liquidez, indicando com essa metáfora a perda das antigas estruturas de referência a fluidez, imprevisibilidade, etc... a modernidade líquida, o amor líquido e o medo líquido são três temas indagados.

tema, especialmente porque, além de um capítulo de apresentação conceitual, traz em mais sete capítulos experiências práticas centradas no Comum, e localizadas preferencialmente na América Latina. Desde seu título, esse texto aponta com clareza a possível conexão entre o princípio do comum e as formas da Democracia para o nosso século<sup>4</sup>. Do prefácio desse livro retiro a seguinte citação:

O comum não cabe numa única definição. O comum pode ser um princípio, como quer Laval e Dardot, mas é, antes de mais nada, uma construção comunicativa e coletiva. Por isso o comum é a esperança de uma solidariedade ativada pela vontade de potência, pela enorme capacidade que temos de acreditar que podemos viver um mundo sem violência e com dignidade, impossível de obter em meio a tanta desigualdade e práticas individualistas. O comum se faz, dificilmente se explica. Compartilhamento, colaboração, organização emancipatória, soluções e resultados socializados são elementos da ação pelo comum. (SILVEIRA, 2018, p. 14)

Temos alguma familiaridade com o conceito de comum, mas, frequentemente, ele aparece como adjetivo de substantivos quais bem ou interesse. No entanto, o que aqui estou querendo apontar é a proposta de alguns autores (BOLLIER, 2016; SAVAZONI, 2018;) de considerar o comum como substantivo ou, melhor ainda, como verbo. Pois, não existe comum sem o processo de produzi-lo; “não há comum sem comunar” (SAVAZONI, *ibid.* p. 39) ou, dito de outra maneira, não existe comum sem a prática concreta que um coletivo conscientemente escolhe realizar em prol da defesa e afirmação de uma outra maneira de viver e de conviver. É normal pensar no ar, na água, nos oceanos e, afinal, no planeta enquanto comuns, mas – ressalta Savazoni – também tudo o que os humanos criam em seu próprio benefício e para ampliar a conexão e cooperação entre as pessoas, a arte, o software livre, a própria cidade...são exemplos de comuns. O que mais é avesso a esse conceito é a fragmentação, a separação entre humano e natureza, o que ele propicia é a compreensão da interconexão e a busca de um caminho que, sem ter destino certo, ao menos nos permite caminhar em direções mais promissoras que as atualmente a vista.

## 2. Identificar e Construir Boas Perguntas

No marasma que estamos atravessando acredito que uma das maiores angústias dependa da dificuldade de decifrar o momento, fazer sentido da massa de informações que nos alcançam diariamente e aturar a confusão dependente disso. É notório e amplamente debatido o poder das mídias no mundo contemporâneo. Hoje ao poder de construção da realidade da comunicação mainstream (especialmente as TVs), adiciona-se o enorme poder das mídias sociais, os chamados sociais, cuja influência, pervasividade e capacidade de manipulação, já é objeto de vasta literatura<sup>5</sup>. Naturalmente, não dá para omitir que, junto com as potencialidades de manipulação e uso distorcido, as mídias sociais permitem uma objetiva democratização da produção de informação, fato que implica, afinal, em uma dificuldade ainda maior de buscar e selecionar a que nos pareça mais relevante, isto é, capaz de oferecer chaves de leitura adequadas à interpretação das situações que nos afetam. Difícil é se afastar das narrativas corriqueiras, da identificação tranquilizadora de responsáveis e culpados que deixam de lado análises mais amplas e profundas; difícil é sermos capazes de olhar crítico, de não parar para olhar apenas os sintomas e sim, buscar as causas do que está acontecendo. Na tentativa de não parar na superfície das coisas surgem diversas perguntas conectadas:

1. *Quais as causas que nos levaram à pandemia? Quais as condições de sua instalação em nossas sociedades? Qual a “normalidade” em que a pandemia se gerou e a que muitos querem voltar, o mais cedo*

<sup>4</sup> Sobre as crises da democracia contemporânea a literatura é imensa. Giannella (2020), traz uma panorâmica e algumas considerações de perspectiva.

<sup>5</sup> Uma breve e incisiva discussão encontra-se em Laval (2019).

possível?

A narrativa dominante sobre a origem da COVID-19 atribui sua origem ao uso comestível de morcegos que se faz na China, especialmente na região de Wuhan, cidade que foi o primeiro epicentro da doença naquele país. A feira da cidade e suas supostamente precárias condições higiênicas caíram no foco das mídias e ajudaram na importante tarefa de encontrar um bode expiatório, materializar um “culpado” ideal. Afinal, os chineses são, especialmente na Europa, alvo de um crescente sentimento xenófobo enquanto potência emergente do tabuleiro da geopolítica internacional, pelo medo do seu enorme potencial tecnológico aplicado à construção de um modelo societário do controle total, além de inimigo principal dos EUA enquanto competidor na luta para hegemonia mundial.

Eis um exemplo patente de busca pela causa de um fenômeno de forma fragmentada e totalmente descontextualizada. Admitindo a possibilidade de que o vírus passou de um morcego (ou pangolim) para os humanos por conta de consumo de carne silvestre, é claro que isso ainda não toca, nem explica, as condições que permitiram ao novo coronavírus se tornar o causador da pandemia que atinge o planeta hoje. Ángel Luis Lara é o autor de um dos melhores artigos que li nesse tempo de confinamento<sup>6</sup>. Ele nos ajuda a compreender o quadro maior; reconstrói, com abundância de detalhes, a teia de conexões que levam ao aparecimento (desde a virada do novo milênio) de diversas epidemias virais, e aponta para estudos científicos, divulgados faz anos, os quais destacam que a enorme expansão da criação industrializada de bichos (gado, suínos, etc.), com suas condições de maltrato e estresse dos animais, aumenta exponencialmente as probabilidades de aparecimento de vírus antes desconhecidos, fazendo de cada bicho um laboratório de mutações virais com grandes chances de transmissibilidade para o ser humano, onde sua letalidade aumenta exponencialmente.

[...] a pecuária industrial intensiva aumentou as chances de contato entre animais silvestres e de criadouros, desencadeando o risco de transmissão de doenças causadas por animais silvestres cujos habitats estão sendo dramaticamente afetados pelo desmatamento. Entre os autores deste estudo está Zhengli Shi, pesquisador principal do Instituto de Virologia de Wuhan, cidade onde se originou a atual COVID-19, cuja cepa é 96% idêntica ao tipo de coronavírus encontrado em morcegos por meio de análise genética. (LARA, 2020, s/p. Grifos no original)

Identificamos, dessa forma, uma das características estruturais do modelo contemporâneo da produção de alimentos (a pecuária industrializada) e seus impactos nos ecossistemas, como provável causa desencadeadora do aparecimento de vírus desconhecidos, com sua elevada letalidade para os humanos. A análise do Lara vai além, discutindo como a ocorrência das epidemias aumenta, historicamente, a causa da urbanização; ele compara a urbanização humana à “urbanização” animal (hiper-concentração em gigantesco criatórios) como enorme fator de risco (cientificamente apontado) que, nas condições de globalização, promete que pandemias altamente letais sejam uma das características do mundo do próximo futuro. A análise ainda aponta como o sistema de criação industrializada, não apenas afeta enormemente os ecossistemas, mas arruina milhões de os pequenos agricultores locais além de constituir enorme perigo para a saúde pública mundial. É ainda Lara que, sempre com base em livros e pesquisas recentes, arremata:

[...] focalizar a ação contra a COVID-19 em ações de emergência que não combatam as causas estruturais da pandemia se constitui em um erro de consequências dramáticas. O principal perigo que enfrentamos é considerar o novo coronavírus como um fenômeno isolado. [...] uma catástrofe sempre vem de algum lugar, foi preparada, tem uma história. (Ibid., s/p)

<sup>6</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597848-causalidade-da-pandemia-qualidade-da-catastrofe-artigo-de-angel-luis-lara>

A produção industrializada de alimentos é um componente do mundo que conhecemos e que muita gente está torcendo para que volte a se instalar o mais rápido possível, é a normalidade de um mundo de catástrofes anunciadas e não levadas a sério pela classe política dominante, mas, também, por uma ampla parcela da população mundial. Sem nem querer tocar nas catástrofes social e econômica, é a ecossistêmica a que ameaça com mais força o sistema que conhecemos. Seu normal funcionamento é, conforme afirmam muitos, a própria causa da pandemia e hoje, inesperadamente, temos a oportunidade de repensá-la e, quiçá, redesenhá-la<sup>7</sup>.

## 2. O que a pandemia nos mostra? O que ela tornou possível que parecia impossível?

É claro que cada um/a de nós se sensibiliza por coisas diferentes. Para mim uma das coisas que mais chama atenção é a aparência da fragilidade radical da nossa civilização, até então tão arrogante e segura de sua capacidade de controle e domínio da natureza. Isso também implica em uma das “ginásticas” mais árduas para nós, filhas e filhos do positivismo, agarrados à certeza dos nossos conhecimentos, à previsibilidade do futuro já não mais capaz (como ao longo da história da humanidade) de nos assombrar com sua imprevisibilidade. É a ginástica de conviver com a incerteza, de estar no desconhecido. Essa percepção tem óbvias implicações psicológicas que aqui não posso nem acenar, mas, o que quero levantar (sem chance de aprofundar), é que o hábito de conviver com a incerteza alude a uma mudança de visão de mundo que, faz décadas, as novas ciências anunciam: em vez da racionalidade linear, absoluta, supostamente capaz de prever, dominar e controlar o futuro, que separa o ser humano da natureza e desencanta o mundo, contemplamos a complexidade do real, sua interconexão e racionalidade circular e relacional, e as novas características do conhecimento. Um conhecimento sempre parcial e situado, pois a posição que ocupamos para observar qualquer sistema, diz muito do que enxergamos; um conhecimento consciente das suas intrínsecas limitações, humilde, aberto a reconhecer a multiplicidade das suas formas e que toma emprestado das ciências da vida o conceito de ecologia de saberes (SANTOS, 1987), para sinalizar, uma vez por todas, que existem muitas formas de conhecer e con-viver no mundo e que elas têm validade e sentidos próprios.

O reconhecimento dessa multiplicidade de formas de vida, de maneiras de conhecer e estar no mundo, contrasta com a convicção, paulatinamente construída nas últimas décadas<sup>8</sup>, de que não exista alternativa ao sistema que construímos, de que é impossível desacelerar, repensar os rumos, ou até parar a corrida desenfreada que foi lançada. Essa convicção se revelou falaciosa, repentinamente. A imensa crise de saúde pública antes anunciada e depois materializada, pelo planeta afora, levou à difícil escolha de paralisar parcelas impressionantes do sistema capitalista mundial. Centenas de milhões de pessoas ficaram em casa, as estradas das nossas cidades esvaziaram, os voos aéreos foram cancelados, fabricas, escritórios, lojas, escolas, universidades... tudo fechado<sup>9</sup>. Um dado que descreve com força o caráter inusitado da situação que atravessamos é o valor negativo do preço do petróleo; esse bem que sustenta a economia planetária e cujo uso constantemente crescente é um dos fatores reconhecidos de crise ambiental, nunca chegou, ao longo da história, a ter valor negativo, por acúmulo de estoque não vendido no mundo inteiro. Pois, fica claro que os avisos lançados pela comunidade científica internacional, já faz anos, sobre a iminente tragédia que o aumento global da temperatura do planeta, o efeito estufa, o desmatamento acelerado, a perda de biodiversidade... vão causar, não foram suficientes a impor mudanças significativas em nosso estilo de vida; precisou de centenas de milhares de mortos e milhões de contagiados para que se chegasse a tomar medidas contundentes.

Hoje, passando por isso tudo, está escancarado diante dos olhos de cada um/a de nós que o sistema pode

<sup>7</sup> <https://nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-post-coronavirus/>

<sup>8</sup> Especialmente após a queda do muro de Berlim, quando da vitória aparente do capitalismo enquanto único sistema sociopolítico capaz de reger o planeta inteiro.

<sup>9</sup> <https://nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-post-coronavirus/>

parar sim, pois já parou; que a enorme recessão planetária que isso vai gerar exigirá das nossas sociedades, governos e de cada um/a de nós em seus respectivos papéis, de rediscutir profundamente posicionamentos já tidos como óbvios, nos anos passados, pelo pensamento *mainstream*. A redução do Estado ao mínimo imaginável, privatizando até serviços essenciais quais saúde e educação; a competição de todos contra todos (indivíduos, cidades, países...) como motor de um presumido progresso; o lucro acima de tudo e o individualismo exacerbado baseado na crença de que cada um/a se salva sozinho, esses princípios estruturantes da nossa vida política recente estão a mostrar sua insuficiência, periculosidade e inadequação nesse momento crucial, momento que poderia ser de transição entre o velho sistema e algo a ser desenhado.

### 3. O comum

É claro que as perguntas importantes são inúmeras. Ninguém pode ter pretensão de esgotá-las. Algumas delas são impossíveis de se responder, geradas pela ansiedade e medo do ignoto; mesmo assim o que importa é o próprio perguntar, enquanto dispositivo que dispara o processo de reflexão e o vislumbrar cenários, parecidos ou diferentes dos conhecidos. Imersos no cataclismo ponderamos: qual o perfil do nosso futuro enquanto espécie? Quais os novos equilíbrios da geopolítica mundial? Quanta desigualdade as nossas sociedades podem aturar antes de desencadear cenários de guerra civil? Qual o papel do Estado ou, melhor, Estado para fazer o que? Qual a relação das sociedades com as ciências? Ou ainda, de que ciência precisamos para o futuro que vem?

Em busca de cenários, me parece razoável afirmar que a presente pandemia, e a probabilidade de que ameaças globais caracterizem o nosso futuro, possa nos levar a considerar com atenção, enquanto sociedades e cidadãos, o princípio do Comum como orientador do caminho a se construir, e a condição de interconexão planetária<sup>10</sup> como fundamento da nossa ação.

Comecei a introduzir mais acima o Comum como conceito que desponta, nos últimos anos, e chama atenção pelo potencial que teria de reconfigurar a tão desacreditada prática democrática, assim como a prática econômica; em suas dimensões macro, mas também em nível micro, das relações de bairro, interpessoais, ou de coletivos e grupos sem nenhuma pretensão de institucionalização ou de permanência, mas ancorados à experimentação de novas formas de conviver e produzir. Aqui gostaria de acrescentar e esclarecer mais um pouco em torno desse conceito.

A referência mais frequente que temos ao falar de comum, é à prática de gerenciamento comunitário de recursos naturais (florestas, recursos pesqueiros, rios...) que permite, ainda hoje, que inúmeras comunidades tradicionais ao redor do mundo inteiro construam sua subsistência diária. Estima-se que cerca de dois mil milhões de pessoas compartilhem essa situação, constantemente ameaçadas pelo sistema econômico dominante que, insistentemente, busca cercear o acesso a esses bens e privatizá-los. No entanto, esses fatos ganham, normalmente, bem pouco destaque, pois parecem remeter a práticas residuais, destinadas a serem varridas pelo definitivo avançar do progresso, ou desenvolvimento.

A literatura que estou levantando chama a nossa atenção para a importância da relação construída entre esses bens e as comunidades que os governam, estabelecendo regras e protocolos de uso. Conforme Bollier (2016)

El procomún no es un recurso. Es un recurso unido a una comunidad específica y a los protocolos, valores y normas ideadas por ella con el fin de gestionar los recursos que se necesiten. [...] No existe un inventario maestro de comunes, porque estos aparecen cuando una comunidad decide que quiere gestionar un recurso de manera colectiva, poniendo

<sup>10</sup> Não apenas no sentido já corriqueiro da globalização do capitalismo financeiro, mas no que aponta o nosso pertencimento ao planeta e a impossibilidade de separar o nosso destino do dele.

especial atención en la sostenibilidad y en la equidad del uso y el acceso. (ibid. p. 173)

Nesse sentido assume o seu significado a afirmação de que o Comum é uma atividade, um verbo, pois é só através da ação coletiva (não importa de qual escala), na concretude de pequenos ou grandes projetos, de ações ou de hipóteses que precisam de uma prática para ser verificadas, que o Comum se materializa. Com base nisso o autor nega a possibilidade de fazer uma lista exaustiva dos Comuns e afirma que é observando as comunidades, em sua especificidade, que descobrimos o potencial criativo das relações sociais, quando assumem como base a interconexão com o ecossistema. Portanto, ao falar de Comum, apontamos objetos materiais e imateriais: o ar, o solo, os oceanos, o próprio planeta.... mas também, a cultura, o conhecimento humano, as artes. Cada um desses “objetos” (se é que eles possam ser considerados meros objetos), só se torna Comum dependendo da lógica a partir da qual ele for governado, gerido, usado. Essa lógica, longe de ser exclusivamente técnica, é permeada pela interconexão de dimensões múltiplas: pelos vínculos identitários e afetivos entre as pessoas e os recursos, pelas regras culturais, pela história, pelos saberes locais construídos ao longo dessa história...

O Comum não é um objeto, uma essência, uma coisa. Ele é de ordem relacional, da coprodução e do inapropriável (precisa deixar de ser Comum para ser apropriável). É produzido entre todos e não é de ninguém. Mesmo o “ar” ou a “linguagem” para que seja um “Comum”, deve estar submetido a relações que o produzam enquanto um Comum. (PARRA, 2019)

Para desconstruir a tendência a associarmos o Comum a práticas de grupos marginais, aparentemente dessuetas, vale lembrar a história que levou à criação do GNU-Linux (hoje mais conhecido como Linux,) a partir da ideia, aparentemente irrealizável, de um jovem estudante finlandês. Linus Torvalds resolveu, em 1991, construir o seu próprio sistema operacional, alternativo ao caro e complexo Unix; lançou uma versão inicial de seu programa na internet, que estava literalmente engatinhando naqueles anos, e recebeu de volta, em poucos meses, inúmeras sugestões de melhoras, assim como partes de códigos de programação. A história do que conhecemos hoje como Linux<sup>11</sup>, e que pode ser lida com mais detalhes em Bollier (2016) e Savazoni (2018), aponta várias lições. Aqui quero apenas salientar três: primeiro, que simples amadores do campo puderam alcançar o resultado surpreendente de um novo sistema operacional, não proprietário, sem recurso a grandes estruturas corporativas, hierarquias, financiamentos. Foi a rede de cooperação que eles sustentaram que permitiu atingir esse objetivo, aparentemente tão fora do alcance. Em segundo lugar, que a internet pode ser um espaço de enorme potencial criativo e inovador, exatamente pela sua estrutura reticular e por materializar a interconexão entre grandes números de usuários. Talvez de forma mais clara que em outros casos, o exemplo da internet torne evidente como é o uso e as formas de regulamentação da World Wide Web que podem tornar ela um Comum ou, ao contrário, um espaço subjugado a lógicas privatistas que engendra enormes riscos para as democracias do nosso tempo. Por fim, outro elemento interessante do exemplo do Linux é que ele contradiz não apenas a ideia de que os Comuns sejam recursos naturais, mas também a de que eles se localizem necessariamente na escala do local. Se materializa aqui uma comunidade transnacional, coesa ao redor de um objetivo comum: a construção de um produto inovador, fruto da criatividade e do saber coletivo guiado pelo princípio da cooperação. Assim o Comum, não remete necessariamente ao âmbito dos recursos naturais, nem a escala do local. Ainda nas palavras de Bollier (2017)

Se necesitan nuevas formas y prácticas comunales a todos los niveles (local, regional, nacional y global) y nuevos vínculos y modos de federación entre diferentes estratos del procomún. Se precisan sobre todo comunes transnacionales que incorporen la gobernanza

<sup>11</sup> A partir da experiência de criação do Linux gerou-se o conceito de *commons-based peer production*, e obras colaborativas quais Wikipedia.

con la realidad ecológica, y que fomenten la cooperación transfronteriza. (ibid. p. 174)

Retornam, nesses autores, os princípios de interdependência e interconexão enquanto características do Comum. Interdependência entre os membros da comunidade (pois, cada um precisa dos demais), e entre ela e o ecossistema em que se encontra, pois cada comunidade é entramada por identidades, significados, tensionamentos, afetos, não apenas internos, mas com o entorno, do qual ela depende e que contribui a preservar e moldar. A separação drástica entre cultura e natureza, criada e reforçada pela ciência ao longo da modernidade, deixa de fazer sentido. O Comum desorganiza as tradicionais dicotomias não apenas na teoria, mas a partir das práticas, construindo verdadeiros laboratórios de outras possibilidades de conviver, em sociedade e com a natureza.

Sobre o significado da fórmula “laboratórios do comum” remeto ao texto de Henrique Parra<sup>12</sup> que nos permite problematizar ambos os termos, “laboratório” e “comum” e nos ajuda na interpretação de vários dos movimentos dos últimos anos, a exemplo dos casos de ocupação de espaços urbanos, na afirmação da cidade como Comum. “Um laboratório é sobretudo um lugar de coinvestigação, pesquisa e experimentação” (PARRA, 2019, s/p). As experiências que se movem nessa direção são diversas, no Brasil e no mundo, localizadas nas cidades e nos vários e diversos contextos rurais; sinalizo aqui, pela possibilidade de acesso via rede e pela quantidade de materiais interessantes que propõe, o “Laboratório do Comum Campos Elíseos: tecnopolíticas do fazer-bairro”, localizado em São Paulo, que se inicia como um projeto de extensão da Unifesp, mas com claras marcas de interação entre a universidade e outros espaços de atuação política da metrópole. Aqui, diferente dos laboratórios tradicionais, não se separa quem pesquisa do que é pesquisado:

O espaço que chamamos de laboratório não é um lugar limpinho, asséptico e onde o que se investiga pode ser separado do mundo “lá fora”. Nosso laboratório é parte do mundo e é atravessado por ele. É um laboratório contaminado. Ao dizer que é da ordem do “Comum” significa que ele não separa o mundo entre nós (os que investigam) e os outros (sujeitos/objetos da investigação). O Comum funda, portanto, uma relação de copertencimento e interdependência. (PARRA, ibid. s/p)

#### 4. Conclusões Inconcludentes para Alimentar Futuras Pesquisas

Ler recentemente sobre os Laboratórios do Comum foi para mim extremamente instigante e alimentou reflexões, curiosidades e perguntas. Essas reflexões voltaram à tona diante da pandemia. Nessa situação a vida humana, a saúde pública, o bem-estar econômico de nossas sociedades e das parcelas mais vulneráveis que as compõem, a integridade dos ecossistemas que nos garantirão a nossa própria sobrevivência enquanto espécie humana, tudo isso pode vir a ser considerado Comum, sempre que as comunidades – nas escalas locais e globais – decidam de tratá-los e produzi-los como bens inapropriáveis, que são ao mesmo tempo de todos coletivamente e de ninguém individualmente. A política do Comum, que os materiais acima apresentados discutem, tem traços que vivificariam a vida das nossas democracias extenuadas, reduzidas a meros simulacros e desacreditadas em suas possibilidades de atender às necessidades dos povos do planeta (GIANNELLA, 2020). Em nível local, nos bairros e cidades, nas comunidades tradicionais, no campo e nas florestas, a política do Comum poderia orientar a construção de políticas públicas, nas diversas escalas, reconhecendo o espaço para a auto-gestão e as diversas formas da participação, o espaço das mulheres, como grandes guardiãs do Comum na história, e o espaço dos muitos e diferentes sujeitos que vêm sendo aniquilados pelo avançar do horror que o sistema nos levou a considerar “normalidade”. A tarefa coletiva de reconhecer e produzir o que é Comum, prefigura como cruciais as práticas de gestão social, seus processos dialógicos, sua busca engajada e sensível da

<sup>12</sup> <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-que-sao-os-laboratorios-do-comum/>

coprodução de um futuro em comum. Muitos desafios estão postos, cognitivos e políticos. Que possamos contribuir, como comunidade de praticantes, para avançar nessa direção.

## REFERÊNCIAS

BOLLIER, David. Pensar desde los comunes. Una breve introducción. España-México-Peru-Argentina: Sursiendo/Traficantes de Sueños/Tinta Limón/Cornucopia/Guerrilla Translation. 2016. Disponível em <[https://sursiendo.com/docs/Pensar\\_desde\\_los\\_comunes\\_web.pdf](https://sursiendo.com/docs/Pensar_desde_los_comunes_web.pdf)> acesso em, 21, abril 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

GIANNELLA, Valéria. La Democracia en Disputa. Em BRUGUÉ, Quim, MARTINS Simone (orgs) **¿Una Nueva Democracia para el Siglo XXI?** Editora Clacso, 2020, no prelo.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **Bem Estar Comum**. São Paulo: Editora Record, 2016.

LARA, Ángel, L. Causalidade da pandemia, qualidade da catástrofe. Publicado em **El Diario**, 29-03-2020.

LAVALLE, Adrian, G. Democracia, Representação e redes Sociais. Publicado em <https://constitucionalismo.com.br/democracia-representacao-e-redes-sociais/> acesso em 23, abril, 2020.

LISBOA, Armando M. de. Para além do comum: commons e mercados. **Otra Economía**, 12(21), 3-15, 2019.

SAVAZONI, Rodrigo. SILVEIRA, Sérgio, A. (org.) **O Comum entre nós. Da cultura digital à democracia do século XXI**. Edições SESC, 2018, disponível online.

SANTOS De SOUZA, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

\_\_\_\_\_ **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Edições Almedina. 2020.